

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 06 de março de 2025 às 07h50
Seleção de Notícias

Estado de Minas - Online | MG

Propriedade Intelectual

Leilão de arte feita com IA da Christie's tem resultados mistos	3
---	---

IT Forum | SP

Direitos Autorais

Ex-pesquisador da OpenAI é intimado em caso de direitos autorais envolvendo IA	4
--	---

REDAÇÃO

Migalhas | BR

Direitos Autorais

A IA precisa ser regulamentada?	5
---------------------------------------	---

Marco regulatório | INPI

Sigvara não pode usar marca por concorrência desleal com Vivara	8
---	---

MIGALHAS

Folha.com | BR

Entidades

Ministério quer atualizar leis que incentivam inovação tecnológica no Brasil	10
--	----

VICTORIA AZEVEDO

G1 - Globo | BR

Direitos Autorais

'É hoje o dia da alegria': sambista disputa judicialmente reconhecimento da autoria de famoso samba-enredo da União da Ilha	11
---	----

JORNAL HOJE | MARCELO LINS | THIAGO DIAS

Direitos Autorais

Samba-enredo mais executado do Brasil tem herança 'esquecida' de até R\$ 300 mil e briga judicial por autoria	13
---	----

MARCEL LINS | DANIEL BOTELHO

Monitor Mercantil Digital online | RJ

06 de março de 2025 | Marco regulatório | INPI

INPI lança guia da série de propriedade intelectual para negócios	17
---	----

Leilão de arte feita com IA da Christie's tem resultados mistos

O primeiro leilão da Christie's dedicado inteiramente a obras criadas com a ajuda da inteligência artificial (IA) terminou nesta quarta-feira (5) com um resultado muito desigual, em um contexto de críticas a essa tecnologia e de questões relativas à propriedade intelectual.

Ao fim de 14 dias de venda exclusivamente on-line, 14 dos 34 lotes não receberam lances suficientes ou foram vendidos por um valor abaixo da faixa de estimativa da Christie's.

Uma criação animada de Refik Anadol ("Machine Hallucinations - ISS Dreams - A"), um dos artistas digitais mais conhecidos do mundo, alcançou o preço mais alto, 277.200 dólares (1,6 milhão de reais), acima da estimativa.

Mas a outra obra de destaque do leilão, "Emerging Faces", do artista americano Pindar Van Arman, não atraiu nenhum lance. A peça foi criada por meio de uma conversa entre duas interfaces de inteligência artificial.

Para Nicole Sales Giles, responsável por vendas de arte digital da Christie's, o resultado do pregão "confirma", no entanto, que os colecionadores e o público em geral "reconheceram a influência e a importância" dos artistas escolhidos, conforme ela diz em comunicado.

"A seleção poderia ter sido melhor com obras representativas dos novos meios e da IA", comentou Steven Sacks, fundador da galeria nova-iorquina bit-forms, que exhibe arte digital desde 2001.

"Mas a verdadeira questão é se esta venda deveria ter sido realizada agora. [...] Ainda é necessário educar as pessoas, compreender a história deste meio e, para os artistas, conseguir mais visibilidade, exposição e credibilidade", comentou.

Embora este tenha sido o primeiro evento dedicado completamente a obras produzidas com IA, com uma venda total de 728.784 dólares (4,2 milhões de reais), a Christie's e sua concorrente Sotheby's já ofereceram várias obras desse tipo em leilões anteriores.

Um grupo de artistas lançou uma petição à Christie's para que cancelasse o leilão, que terminou nesta quarta-feira.

Os cerca de 6.490 signatários apontaram que várias peças foram criadas com a ajuda de modelos de inteligência artificial "conhecidos por terem feito uso não autorizado de obras protegidas pela lei de **propriedade** intelectual".

tu/arb/af/val/ic/rpr

Ex-pesquisador da OpenAI é intimado em caso de direitos autorais envolvendo IA



Alec Radford teria violado **direitos** autorais ao utilizar suas obras no treinamento de modelos de IA sem autorização

Alec Radford, um dos principais pesquisadores responsáveis pelo desenvolvimento das tecnologias da OpenAI, foi intimado a depor em um processo de **direitos** autorais contra a empresa, segundo documentos judiciais apresentados nesta terça-feira (4).

Informações do TechCrunch apontam que a intimação foi entregue a Radford no dia 25 de fevereiro, de acordo com um documento submetido ao Tribunal Distrital do Norte da Califórnia. O pesquisador deixou a OpenAI no final do ano passado para seguir carreira independente, mas sua contribuição foi essencial para o desenvolvimento dos transformadores generativos pré-treinados (GPTs) - tecnologia que impulsiona produtos como o ChatGPT.

Radford ingressou na OpenAI em 2016, um ano após a fundação da empresa, e trabalhou no desenvolvimento de vários modelos da série GPT, além do sistema de reconhecimento de voz Whisper e do gerador de imagens DALL-E.

O caso, batizado de "OpenAI ChatGPT Litigation", foi movido por um grupo de autores, incluindo Paul Tremblay, Sarah Silverman e Michael Chabon, que alegam que a OpenAI violou seus **direitos** autorais

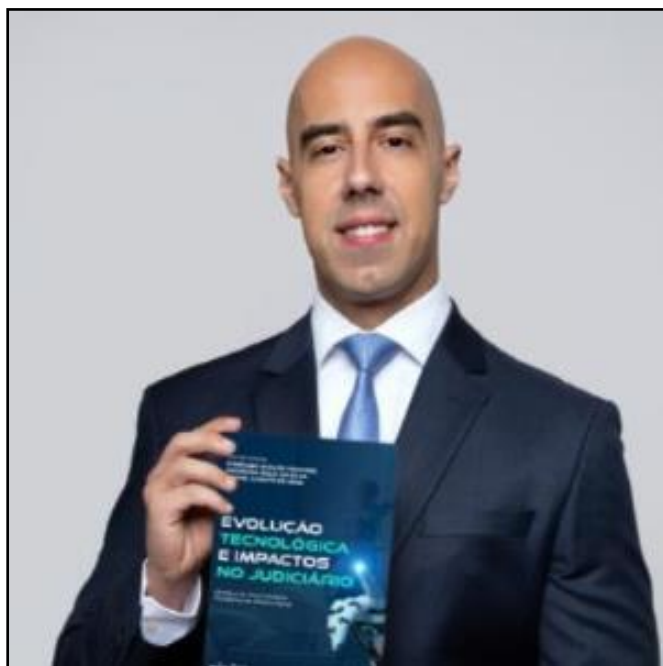
ao utilizar suas obras no treinamento de modelos de IA sem autorização. Além disso, os escritores argumentam que o ChatGPT reproduz trechos de seus textos sem atribuição adequada.

No ano passado, o tribunal rejeitou duas das acusações contra a OpenAI, mas manteve a denúncia de violação direta de **direitos** autorais, permitindo que o processo seguisse adiante. A OpenAI, por sua vez, defende que o uso de conteúdos protegidos se enquadra no princípio do "fair use" (uso justo).

Além de Radford, os advogados dos autores também tentam convocar Dario Amodei e Benjamin Mann, ex-funcionários da OpenAI que hoje lideram a startup Anthropic.

Ambos resistem às intimações, alegando que os depoimentos seriam excessivamente onerosos. No entanto, um juiz federal determinou que Amodei deverá prestar depoimento, respondendo a horas de questionamentos sobre seu trabalho na OpenAI em processos semelhantes, incluindo um movido pelo Authors Guild.

A IA precisa ser regulamentada?



Grupo de especialistas da ONU está propondo diversas, recomendações para regulamentar o uso da tecnologia.

A IA precisa ser regulamentada? Sthefano Cruvinel Grupo de especialistas da ONU está propondo diversas, recomendações para regulamentar o uso da tecnologia.

quarta-feira, 5 de março de 2025 Atualizado às 14:07
Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

"Se não for controlada, a IA - inteligência artificial pode desestabilizar os sistemas democráticos ao espalhar desinformação, alimentar discursos de ódio e distorcer a opinião pública por meio de deepfakes". Esse alerta foi dado pelo secretário-geral da ONU - Organização das Nações Unidas, António Guterrez, no fim do ano passado, pouco antes das eleições americanas e em alguns outros países do mundo. Na mesma época um relatório, desta vez assinado por um grupo de especialistas também da ONU, dizia ser "irrefutável" o regulamento global da crescente IA ressaltando, ainda, que o desenvolvimento e o uso de tal tecnologia "não podem ser deixados apenas aos

caprichos dos mercados", ou seja, demandava uma abordagem global.

Contudo, Guterrez também reiterou a importância de defesa da liberdade de expressão, das liberdades civis e do estado de direito, bem como garantir instituições responsáveis e proteger os direitos humanos. "No entanto, esses direitos e valores estão sob ataque em todo o mundo. As liberdades estão sendo corroídas. O espaço cívico está diminuindo. A polarização está se intensificando. E a desconfiança está crescendo", completou o secretário geral da ONU.

A meu ver, pela intensidade e ritmo das discussões, a tecnologia da IA se constitui em um assunto que ainda vai render muito. Eu mesmo, no ano passado, abordei questões relativas ao uso dessa tecnologia no mínimo uma meia dúzia de vezes em artigos aqui nesta coluna.

De fato, a realidade atual mostra que inteligência artificial está transformando nosso mundo, desde a abertura de novas áreas de investigação científica e otimização de redes de energia até a melhoria da saúde pública e da agricultura, bem como na promoção da sustentabilidade.

Porém, voltando a falar do relatório da ONU, uma parte de documento evidencia uma preocupação sobre as maneiras pelas quais a IA pode ser usada para infringir os direitos humanos.

As próprias matérias-primas necessárias para as tecnologias de IA - incluindo minerais essenciais - são obtidas globalmente, o que leva a uma batalha por poder e riqueza sobre essas commodities raras em escala global.

Além disso, sistemas de armas autônomos poderiam tomar decisões sem intervenção humana, levantando questões éticas e legais sobre responsabilidade e proteção de civis durante conflitos. O potencial cres-

Continuação: A IA precisa ser regulamentada?

cente para uma corrida armamentista impulsionada por avanços na tecnologia de IA também poderia colocar em risco a segurança humana.

O preconceito e a vigilância da IA são outra área de preocupação, com a criação e disseminação de desinformação potencialmente prejudicando pessoas.

Assim sendo, embora haja um tremendo potencial para o bem, se não houver controle, os benefícios da podem ser limitados a apenas alguns Estados, empresas e indivíduos pioneiros, ampliando a exclusão digital e a desigualdade.

Diante disso, em um esforço para mitigar esses riscos, é que o relatório da ONU propõe diversas recomendações para estabelecer uma estrutura para a governança global da IA.

Nesse contexto, as disparidades já estão começando a aparecer. Em termos de representação, partes inteiras do mundo foram deixadas de fora das conversas internacionais sobre governança de IA. Assim, apenas sete países (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e EUA) integram sete importantes iniciativas de IA não relacionadas à ONU, enquanto 118 países, principalmente no Sul Global, não são partes de nenhuma.

Só que, a meu ver, a equidade exige que mais vozes desempenhem papéis significativos nas decisões sobre como governar a tecnologia que ora nos afeta. Não é certo essa concentração da tomada de decisões no setor de tecnologia de IA, uma vez que ela impacta o mundo que vivemos como um todo.

Essa constatação, penso eu, vem ao encontro das recomendações contidas no relatório da ONU que incluem um painel científico internacional independente sobre IA, um diálogo político intergovernamental e multissetorial semestral sobre governança de IA para compartilhar melhores práticas e um fundo global para IA visando reduzir a "exclusão digital". Seriam um apelo aos es-

tados-membros da ONU para que estabeleçam as bases para a primeira arquitetura globalmente inclusiva para a governança da IA com base na cooperação e transparência internacionais.

O Brasil também entrou nessa luta em busca de representatividade nessa tal governança global da IA.

Prova disso aconteceu em março do ano passado, quando o senador brasileiro Marcos Pontes viajou para Washington, nos EUA, acompanhado pelo também senador Laércio Oliveira. Ambos integram a comissão responsável por elaborar o projeto de lei sobre IA no Brasil. Na viagem, faziam parte de uma delegação organizada por uma iniciativa do Congresso que tem interação com o setor privado. O objetivo foi realizar uma série de reuniões sobre a minuta do projeto de lei com representantes do governo dos EUA e de empresas do Vale do Silício.

Além do domínio da tecnologia, mas pensando em danos, Marcos Pontes, ex-astronauta e ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, se tornou uma figura central nas iniciativas de regulação da inteligência artificial no Brasil, onde um projeto de lei propunha importantes restrições à tecnologia em desenvolvimento. Além de se considerar o mais qualificado entre seus pares para entender as questões complexas em torno da IA, o senador é o menos cético entre muitos outros senadores em relação às grandes empresas dos EUA que dominam a corrida pela IA. Para ele, o Brasil não pode restringir a IA - ele disse isso durante as primeiras audiências do projeto de lei de IA manifestando cautela com a possibilidade de legislar sobre ferramentas que ainda estão em desenvolvimento.

De maneira mais abrangente, o projeto brasileiro seria um dos mais completos até hoje no Sul Global, propondo a criação de um novo órgão regulador para supervisionar a IA, proteção aos **direitos** autorais pelo conteúdo usado para treinar a IA, e proteções aos direitos individuais, com controles antidiscriminação nos sistemas biométricos e o direito

Continuação: A IA precisa ser regulamentada?

de contestar decisões de IA com significativo impacto humano.

Depois disso, finalmente em dezembro, o Senado brasileiro aprovou o PL 2.338/23, que regulamenta a inteligência artificial no país.

A matéria segue agora para a análise da Câmara dos Deputados, onde o cenário é mais hostil à pauta digital. O texto se apresenta como um marco regulatório com regras para o desenvolvimento e o uso de sistemas de IA. Entre os dispositivos está um que prevê a proteção dos direitos dos criadores de conteúdo e obras artísticas.

Curiosamente, a votação pela Câmara do projeto que regula a inteligência artificial ocorrerá concomitantemente num momento em que o STF deve concluir o julgamento sobre a constitucionalidade do art. 19 do Marco Civil da Internet, que pode terminar por responsabilizar plataformas pelo conteúdo publicado por usuários. Isso pode acontecer agora em fevereiro, com o fim do recesso do Judiciário e a eleição das novas mesas diretoras na Câmara e no Se-

nado.

Diante de tudo e voltando ao assunto da IA, assim como as plataformas digitais, fica a pergunta se essa tecnologia precisa ou não ser regulamentada? Passo a palavra...

Finalizando, a despeito de qualquer opinião, é preciso considerar antes de qualquer tomada de decisão o lado bom e o lado ruim da IA. Resumidamente, o bom é que ela aumenta a eficiência, melhora os cuidados de saúde, automatiza tarefas repetitivas e resolve problemas complexos, tornando a vida mais fácil e produtiva. Já o lado negativo inclui preocupações com a privacidade, segurança, preconceitos e o potencial de exploração de pessoas.

Sthefano Cruvinel Referência em Tecnologia, considerado Amicus Curiae nos Tribunais Superiores. Exp. Inteligência Probatória. Esp. em Contratos pela FGV e BI, BA e IA com 52 certificados internacionais (Duke, Univ-EUA)

Sigvara não pode usar marca por concorrência desleal com Vivara



Magistrado considerou que a semelhança com a marca Vivara poderia causar confusão e danos à empresa já consolidada no setor de joias.

Registro Sigvara não pode usar marca por concorrência desleal com Vivara Magistrado considerou que a semelhança com a marca Vivara poderia causar confusão e danos à empresa já consolidada no setor de joias. Da Redação quarta-feira, 5 de março de 2025 Atualizado às 16:22 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

O juiz de Direito Guilherme de Paula Nascente Nunes, da 2ª vara Empresarial e Conflitos de **Arbitragem** de SP, determinou extinta ação que buscava autorização para o uso da marca "Sigvara". O magistrado ressaltou recusa anterior do **INPI** ao registro da marca, destacando o risco de confusão e o potencial prejuízo à marca Vivara, empresa consolidada no mercado.

A ação foi movida por empresárias que utilizavam a marca Sigvara em suas atividades e solicitaram o registro, mas foi contesta pela Vivara, que alegou violação de sua marca.

A Sigvara defendeu que sua marca não estava relacionada ao segmento de joias, mas sim de semijoias e bijuterias, e que a criação da marca não havia intenção de imitar a Vivara. Alegou ainda que a marca Sigvara tem identidade própria, com uma grafia diferenciada e um design exclusivo, e que não há risco

de confusão entre os consumidores, uma vez que a empresa atua exclusivamente em plataformas digitais.

Ainda afirmou que a ação da Vivara é abusiva, devido ao seu poder econômico, e que isso restringe sua concorrência. Assim, solicitou tutela de urgência para permitir o uso da marca e a confirmação do direito ao seu uso.

A Vivara contestou a ação, alegando incompetência territorial e da Justiça Estadual, além de afirmar que a autora tentou usurpar a competência do **INPI**. No mérito, defendeu que a marca Sigvara viola sua marca registrada, de 1984, e que não há abuso de poder econômico. Requereu a improcedência da ação.

Além disso, apresentou reconvenção, alegando que o uso da marca Sigvara configura concorrência desleal, solicitando tutela de urgência para impedir o uso do termo. Também pediu indenização por danos materiais e morais.

Juiz extingue ação sobre uso da marca "Sigvara" e condena indenização por danos morais. (Imagem: Reprodução)

Em sua análise, o juiz ressaltou que a Vivara é detentora da marca registrada e amplamente reconhecida no mercado, sendo assim, tem direito à proteção contra o uso de marcas similares que possam causar confusão entre os consumidores.

O magistrado também considerou que o uso da marca Sigvara configuraria concorrência desleal, em conformidade com os artigos 195 e 209 do CPC, que tratam de práticas de imitação e confusão de marcas. Para o juiz, a semelhança entre as marcas poderia prejudicar a Vivara, especialmente considerando sua notoriedade e presença consolidada no mercado de joias e acessórios.

Continuação: Sigvara não pode usar marca por concorrência desleal com Vivara

Além disso, o **INPI** apontou o risco de confusão entre os consumidores devido à similaridade entre as marcas, o que poderia causar danos à empresa proprietária da marca consolidada no mercado.

Assim, julgou extinta a ação da Sigvara e procedente a reconvenção da Vivara, determinou que as empresárias se abstenham de usar o termo Sigvara ou qualquer semelhante à marca Vivara, sob pena de multa diária. Também foram fixadas indenizações, sendo R\$ 30 mil por danos morais, além de indenização material.

O escritório Newton Silveira, Wilson Silveira e Associados - Advogados patrocinou os interesses da reconvincente Vivara.

Processo: 0022886-47.2024.8.26.0100

Leia aqui a sentença.

Ministério quer atualizar leis que incentivam inovação tecnológica no Brasil



Luciana Santos deverá procurar os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para tratar do tema.

Ministra Luciana Santos (Ciência e Tecnologia)

-

Luciana Santos deve procurar presidentes da Câmara e do Senado para tratar do tema

Brasília

A ministra Luciana Santos (Ciência e Tecnologia) quer trabalhar neste ano junto ao Congresso para aprovar medidas que atualizem pontos de duas propostas: a Lei da Informática, que incentiva o setor de informática, automação e telecomunicações; e a **Lei** do Bem, de incentivo privado em ciência, tecnologia e inovação.

Hoje, há ao menos dois projetos de lei em tramitação no Legislativo que tratam de alterações na **Lei** do Bem. Eles buscam simplificar a operacionalização da norma, ampliar a sua efetividade e tornar esses incentivos fiscais mais acessíveis.

Segundo auxiliares, a ministra avalia que é preciso diminuir a concentração regional desses incentivos, que beneficiam sobretudo empresas nas regiões Sul e Sudeste.

'É hoje o dia da alegria': sambista disputa judicialmente reconhecimento da autoria de famoso samba-enredo da União da Ilha



A obra possui duas assinaturas nos registros oficiais, mas um terceiro compositor busca reconhecimento.

Uma disputa jurídica, que já dura quatro anos, gira em torno da autoria de um dos sambas-enredo mais famosos do carnaval carioca. A obra "É hoje", samba-enredo apresentado pela União da Ilha do Governador no carnaval de 1982, possui duas assinaturas nos registros oficiais, mas um terceiro compositor busca reconhecimento.

A música, que já foi reinterpretada por diversos artistas, guarda alguns mistérios ainda não esclarecidos. Segundo o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), órgão responsável por arrecadar e distribuir **direitos** autorais de músicas, a obra é o samba-enredo mais executado do Brasil.

Integrantes da Velha Guarda da União da Ilha afirmam que as assinaturas da composição do clássico estão em nome dos sambistas Didi e Mestrinho.

"Quem assina que leva o nome, não é isso?", questionam Marco Antônio Silveira e Jurema de Almeida.

Almir da Ilha alega ser o terceiro compositor do samba e conta que a ideia surgiu porque na época, ele trabalhava em um navio.

"Por curiosidade, trabalhava a bordo de um navio e sabia que o carnavalesco Max Lopes queria fazer uma grande barca no carnaval da Ilha, uma Ilha atravessando o mar. Aí eu vim com uma ideia e mostrei para o Didi e comecei a confeccionar o samba com algumas partes. Eu fiz: 'A minha alegria atravessou o mar e ancorou na passarela'. O Didi tinha o negócio de maior show da terra. Juntamos ali e começamos o samba", conta Almir.

Didi era o apelido do advogado Gustavo Adolfo de Carvalho Baeta Neves. Alberto Mussa, sobrinho de Didi, afirma que escutou e presenciou muitas histórias, mas diz nunca ter ouvido do tio que "É hoje" teria um autor oculto.

"Eu poderia estar num bar, eventualmente ter visto um diálogo, não me lembro de nada", conta Alberto.

Almir explica por que não assinou a obra e apresenta testemunhas, num processo judicial em que reivindica junto ao Ecad o reconhecimento da autoria.

"A ala de compositores da União é um problema. Eu tinha entrado e eles acharam que a minha entrada era ilegal. Fizemos uma votação e disseram que era ilegal. Eu já estava com o samba sendo desenvolvido com o Didi. A ala que me tirou e eu acabei não assinando o samba", explica Almir.

Integrantes da escola na época da composição testemunham a favor da coautoria de Almir no famoso samba.

"Na época a gente falava: 'Almir, você tem que querer mais. O samba é teu, tu é o pai disso'. Eu aconselhei diversas vezes: 'Almir, tu não pode perder uma obra dessas. Tu é o pai do samba'", disse Carlos Alberto, integrante da Velha Guarda da União da Ilha.

Continuação: 'É hoje o dia da alegria': sambista disputa judicialmente reconhecimento da autoria de famoso samba-enredo da União da Ilha

O ex--passista e integrante da Velha Guarda, Fábio Moraes, diz que Almir mostrou o samba para ele na época.

"(Ele disse) 'Fábio, olha a cabeça do samba que eu fiz pra União da Ilha do Governador'. Aí ele cantou e até hoje eu me arrepio de lembrar".

Walter Bastos Küllinger, advogado de Almir da Ilha, afirma que é uma prova difícil de anexar aos autos do processo.

"Realmente é difícil de você conseguir este tipo de prova. Por isso que a gente fez essa declaratória aqui, que é uma prova junto a Justiça de que eles tinham conhecimento de que o Almir foi um dos compositores", afirma o advogado.

Procurado pela TV Globo, o Ecad esclareceu que representa sete associações de músicos - as entidades que cuidam do atendimento aos compositores - e que tem feito os pagamentos relativos à execução pública de "É Hoje" regularmente aos titulares que constam no cadastro do escritório.

"Eu estou reivindicando a minha autoria. Todo mundo sabe, você sabe, e o próprio Didi nunca negou que eu fosse autor", afirma Almir.

O sobrinho de Didi diz que Almir esperou 20 anos após a morte do tio para reivindicar a coautoria.

"Essa suposta parceria, aconteceu em 81, né? O desfile foi em 82. Bom, durante a vida do Didi, ele não fez essa reivindicação e esperou 20 anos da morte para falar comigo", afirma Alberto Mussa.

À essa altura, um outro nome parece ter sumido da história. Mestrinho aparece em algumas imagens antigas, mas desapareceu sem deixar muitos vestígios. Pelos cálculos do sobrinho-neto, Victor Hugo, a morte de mestrinho aconteceu entre 1994 e 1995.

"Não soube de velório, não soube de sepultamento, só falaram: 'Teu tio morreu'. E que eu saiba, deixou quatro filhos", disse o sobrinho.

Nenhum parente jamais apareceu para recolher a parte dele nos **direitos** autorais do samba.

"O dinheiro não pode ir para ninguém", afirma Alberto Mussa.

A parte que caberia a Mestrinho está retida. A TV Globo apurou que, atualmente, o valor referente aos direitos de Mestrinho gira em torno de R\$ 300 mil.

União da Ilha do Governador

Samba-enredo mais executado do Brasil tem herança 'esquecida' de até R\$ 300 mil e briga judicial por autoria



Cantado pela União da Ilha do Governador no carnaval de 1982 e depois regravado por artistas como Caetano Veloso, Fernanda Abreu e Diogo Nogueira, "É Hoje" foi o samba-enredo mais executado no Brasil nos últimos dez anos

Cantado pela União da Ilha do Governador no carnaval de 1982 e depois regravado por artistas como Caetano Veloso, Fernanda Abreu e Diogo Nogueira, "É Hoje" foi o samba-enredo mais executado no Brasil nos últimos dez anos, segundo levantamento do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição dos **direitos** autorais (Ecad).

Oficialmente, a música foi escrita pelos compositores Didi (Gustavo Adolfo de Carvalho Baeta Neves) e Mestrinho (Reinaldo Ferreira dos Santos) - já falecidos. Porém, tanto tempo depois do seu lançamento, a obra ainda guarda mistérios não esclarecidos: em 2024, um terceiro compositor entrou com um processo na Justiça do Rio de Janeiro alegando ser parceiro da dupla; e há uma herança "esquecida" de até R\$ 300 mil aguardando ser resgatada por algum herdeiro de Mestrinho.

"É Hoje" passou pela primeira vez na avenida em 1982, quando a União da Ilha terminou em quinto lugar do Grupo 1A (atual Grupo Especial). Em 2008, o samba foi reeditado no Grupo A (atual Série Ouro)

e a escola também ficou na quinta posição. Didi e Mestrinho sempre foram creditados como únicos autores da música. Mas isso pode mudar. Em abril de 2024, Almir Juliasse de Souza, o Almir da Ilha, entrou com uma ação na 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro contra o Ecad e a União Brasileira dos Compositores (UBC) alegando também ser parceiro da obra.

Em nota, o Ecad informou "que os valores relativos à execução pública da música 'É hoje' têm sido regularmente distribuídos para os titulares que constam no seu cadastro musical, que é alimentado pelos próprios titulares junto às suas respectivas associações de música". Procurada, a UBC não quis se pronunciar.

A briga na Justiça pela autoria Almir tem 74 anos, é o compositor mais antigo em atividade na União da Ilha e foi um dos autores dos sambas-enredo da escola nos carnavais de 1994, 1995, 1998, 2001, 2003 e 2023. Ele alega ter participado da parceria com Didi e Mestrinho no segundo semestre de 1981, mas que não pôde assinar a autoria de "É Hoje" por problemas com a Ala de Compositores da agremiação na época.

"Eu tinha entrado na ala, mas eles acharam que a minha entrada tinha sido irregular. Fizeram uma votação e falaram que era ilegal. Eu já estava desenvolvendo o samba com o Didi, mas aí a ala me tirou e eu acabei não assinando o samba. Eu que coloquei o Mestrinho nessa parceria", garante Almir.

O enredo da União da Ilha de 1982 foi criado pelo carnavalesco Max Lopes, com base no livro "É Hoje!", do caricaturista italiano Lan e do escritor Haroldo Costa. De acordo com Almir, o verso "É hoje o dia da alegria e a tristeza nem pode pensar em chegar", por exemplo, foi incluído por ele na letra após uma con-

Continuação: Samba-enredo mais executado do Brasil tem herança 'esquecida' de até R\$ 300 mil e briga judicial por autoria

versa com Max. Almir também alega que teve a inspiração para a frase inicial do samba.

"Eu sabia que o Max queria fazer o carnaval da União com uma grande barca, atravessando o mar. Aí eu vim com uma ideia pra mostrar pro Didi, já que eu trabalhava em navio: 'A minha alegria atravessou o mar e ancorou na passarela...'. Mostrei pro Didi e a partir disso começamos a fazer o samba, ele já veio com o negócio de 'maior show da terra' e juntamos". No processo, o compositor anexou um documento assinado por cinco testemunhas que garantem que Almir fez o samba com Didi e Mestrinho - mas nenhum deles presenciou os três compondo juntos. São pessoas da Velha Guarda da escola, que conviveram com os envolvidos no caso e têm como base a memória daquela época.

"Realmente é difícil você conseguir este tipo de prova, por isso que a gente fez essa declaratória, que é uma prova junto à Justiça de que eles tinham conhecimento de que o Almir foi um dos compositores. Mas todo o trabalho que foi desenvolvido foi baseado na jurisprudência dos tribunais", explica o advogado Walter Bastos Küllinger, que representa Almir na ação. "Por mim, eu não tinha entrado na Justiça, foi o pessoal da escola que me procurou e falou para eu buscar os meus direitos. Eu não estou nem reivindicando por dinheiro, quero reconhecimento", completa Almir.

A ação movida pede que o Ecad e a UBC incluam Almir como parceiro do samba, sem retirar Didi e Mestrinho dos créditos. Assim, os **direitos** autorais seriam divididos pelos três - caso Almir saia vitorioso dos tribunais. Antes de entrar na Justiça, o veterano compositor diz que em 2008 (quando houve a reedição) entrou em contato com o escritor Alberto Mussa, sobrinho de Didi, para tentar ser incluído na parceria amigavelmente. Segundo Almir, o escritor teria conhecimento da sua participação em "É Hoje".

Mussa tinha uma relação muito próxima com o tio e costumava acompanhá-lo nas disputas de samba du-

rante a década de 1980. Acabou virando um guardião das memórias e sambas de Didi na família. Apesar da alegação de Almir, ele não confirma que sabia da presença de mais um parceiro em "É Hoje".

"Eu não testemunhei, não ouvi. Não me lembro de nada nesse sentido. Eu não tenho nada contra o Almir, acho que ele é uma pessoa muito boa, digna. Mas eu não posso testemunhar uma coisa que eu não presenciei", diz Mussa, que além de sobrinho de Didi é pesquisador de carnaval e samba-enredo, foi jurado do prêmio "Estandarte de Ouro" do jornal "O Globo" e escreveu o livro "Samba de enredo: história e arte" (com Luiz Antonio Simas).

"Já são mais de 40 anos desse samba, o Almir me procurou 20 anos depois da morte do meu tio... É um tempo considerável. Por que uma pessoa espera tanto tempo assim para fazer essa reivindicação? Quem poderia se contrapor? Didi e Mestrinho estão mortos, né?", questiona o escritor. Didi era o apelido do advogado Gustavo Adolfo de Carvalho Baeta Neves, que chegou a ser procurador de Justiça. Ficou famoso no meio do carnaval por ter composto 16 sambas-enredo para a União da Ilha e quatro para o Salgueiro, enquanto dividia a vida com a carreira jurídica - mesmo contra a vontade de boa parte da família. Morreu em 1987, poucos meses depois de sua última obra ter passado pela avenida ("E por que não?", do Salgueiro). Como não teve filhos ou viúva, seus **direitos** autorais são repartidos entre os quatro irmãos (e descendentes).

A herança "perdida" de Mestrinho Pouco se sabe sobre a vida e desaparecimento de Reinaldo Ferreira dos Santos, o Mestrinho. Até o início da apuração dessa reportagem, componentes da União da Ilha, familiares de Didi e até o Ecad não tinham conhecimento de parentes do compositor. Assim, o repasse dos **direitos** autorais não é feito. "Sabemos que tem um dinheiro parado, mas não tem um representante para buscar. Uma vez o Ecad bateu lá na União perguntando se alguém sabia sobre a família, foi feito até um vídeo, mas ninguém apareceu", lem-

Continuação: Samba-enredo mais executado do Brasil tem herança 'esquecida' de até R\$ 300 mil e briga judicial por autoria

bra o intérprete Ito Melodia, que foi titular do microfone da União da Ilha por 21 carnavais e atualmente está na Unidos da Tijuca.

O dinheiro arrecadado com a execução de qualquer música no Brasil fica retido no Ecad pelos últimos cinco anos - ou seja, em 2025 só há disponível o valor obtido desde 2020, e a quantia não resgatada dos anos anteriores é redistribuída pelo escritório. Pela apuração, a soma dos direitos de "É Hoje" destinada a Mestrinho pode chegar a R\$ 300 mil.

O que aconteceu com o parceiro de Didi? "Essa é uma pergunta que ninguém consegue responder", afirma Marquinhos do Banjo, diretor musical da União da Ilha e componente da escola há 44 anos. "São várias histórias, cada um fala uma coisa. Ninguém tem registro concreto do que aconteceu, sabe? Dizem que mataram ele, mas não sabem quem... Uns falam que foi em Minas Gerais, outros que foi no Rio", completa Ito.

A reportagem localizou um familiar de Mestrinho, mas nenhuma resposta concreta foi encontrada. O motorista Victor Hugo Rangel é sobrinho-neto do compositor (seu avô, também já falecido, era irmão do compositor). Victor tentou a carreira de cantor e chegou a acompanhar Mestrinho em algumas disputas de samba-enredo da União no início dos anos 90. Cansou de dormir na casa do tio-avô após virar a madrugada na quadra da escola. "Um dia me ligaram e falaram: 'Seu tio morreu'. E aí? Não soube de velório, não soube de sepultamento", lembra Victor.

Segundo o motorista, o desaparecimento de Mestrinho aconteceu entre 1994 e 1995: "Só sei que ele era um homem bom. Era um cara que vivia para o samba, era humilde. E ele me deixou como seu herdeiro musical. Eu faço shows por aí e sempre faço questão de cantar 'É Hoje' e dizer que é do meu tio".

Mas e a herança? Quem pode receber os **direitos** autorais de Mestrinho? Victor Hugo diz que o tio-avô deixou filhos, mas que sua parte da família não tem

contato com os herdeiros há mais de 20 anos. "Ele deixou quatro filhos, que eu saiba. Estou tentando entrar em contato, mas está difícil. Eu não sabia dessa questão dos direitos. E isso não cabe a mim". Já que há herdeiros diretos de Mestrinho, outros parentes (como irmãos e sobrinhos) não poderiam reivindicar o dinheiro.

A reportagem teve dificuldades para encontrar imagens de Mestrinho. Após mobilizar várias pessoas da União da Ilha, apenas uma foto foi encontrada, cedida pelo compositor Sydney Myngal. No Acervo da TV Globo, há poucos segundos de Mestrinho na quadra da União durante um ensaio em 1982, logo após a escolha do samba-enredo. Guardador de carro, mecânico... Até a profissão de Mestrinho é motivo de dúvidas entre as pessoas que o conheceram.

"Ele foi uma das melhores pessoas que eu conheci na vida. Era um cara sensacional, um coração puríssimo. Foi uma perda para a humanidade, porque ele era uma pessoa maravilhosa, estava sempre de bom humor. Pode ter a vida mais difícil do mundo, mas o cara estava lá, feliz", lembra Alberto Mussa.

Samba-enredo mais executado no Brasil Há registros de 49 gravações de "É Hoje" cadastradas no banco de dados da gestão coletiva de **direitos** autorais do Brasil. Após o carnaval de 1982, o primeiro artista a regravar o samba-enredo foi Caetano Veloso, no disco "Uns", de 1983. Em 1996, Fernanda Abreu registrou no álbum "Da Lata" uma versão "samba-funk", que chegou a ser trilha sonora de comercial de sandália.

"Eu vi esse desfile da Ilha na avenida. Foi um estrondo. Depois, o Washington Olivetto (publicitário) me convidou para participar de uma campanha e escolhemos 'É Hoje' para ser a música. Até hoje eu canto nos meus shows, tem quase 30 anos. É um samba que eu acho maravilhoso em todos os quesitos, harmonia, melodia, letra. Quando eu canto, a galera vai à loucura. Quem não quer dizer 'É hoje o dia da alegria e a tristeza nem pode pensar em chegar?', diz Fernanda Abreu.

Continuação: Samba-enredo mais executado do Brasil tem herança 'esquecida' de até R\$ 300 mil e briga judicial por autoria

A pedido da reportagem, o Ecad fez um levantamento das 30 músicas mais tocadas no segmento "Shows de carnaval" nos últimos dez anos no Brasil e "É Hoje" apareceu como o samba-enredo melhor colocado (24º), superando outro fenômeno de popularidade: "Peguei um Ita no Norte", do famoso refrão "Explode Coração do Salgueiro". O ranking de "Shows de carnaval" leva em consideração as mú-

sicas mais tocadas em shows e trios elétricos no carnaval em todo o Brasil no período de pré-folia até os últimos eventos do período carnavalesco.

INPI lança guia da série de propriedade intelectual para negócios



INPI (Foto: Thomaz Silva/ABr)

O Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**) lançou um guia de propriedade intelectual para negócios. Ao todo são seis guias e todos frutos da parceria do instituto com o Escritório de Propriedade Intelectual de Singapura (IPOS, na sigla em inglês) que tem a autoria das publicações, adaptadas pelo **INPI**.

Esse é o sexto guia lançado pelo **INPI** nesse segmento. Apresenta as pesquisas em bases de dados de patentes, marcas e desenhos industriais, além de discutir estratégias que podem ser usadas para determinar se terceiros estão usando seu ativo de PI sem permissão e como utilizar informações de PI para inteligência comercial.

O projeto visa proporcionar um conjunto de soluções de propriedade industrial para empresas com base nas melhores práticas do setor de negócios.

Os guias tratam de temas como: identificar os ativos que você já possui; redigir uma estratégia de propriedade industrial; estender sua proteção in-

ternacionalmente, e localizar dados importantes sobre o que seus concorrentes estão fazendo. O sexto guia detalha os tópicos:

Espaço Publicitário

- Busca de informações de patentes; - Outras fontes de informações; - Serviços comerciais que fornecem inteligência de PI; - Saber se alguém está copiando sua ideia; - Uso de informações de PI; - Onde lançar novos produtos ou serviços; - Onde obter ajuda.

Por Favor Digite Seu Nome Aqui

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3

Direitos Autorais
4, 5, 11, 13

Marco regulatório | INPI
8, 17

Arbitragem e Mediação
8

Entidades
10